



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA
CRIATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete da Secretaria de Cultura e Economia Criativa
Diretoria do Museu da República

Termo de Referência - SECEC/GAB/DMR

TERMO DE REFERÊNCIA
AQUISIÇÃO DE MATERIAL

1. DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a aquisição de equipamentos eletrônicos (smart TV e fones de ouvido sem fio) a fim de suprir as necessidades das exposições de obras de arte digitais do acervo do Museu Nacional da República, equipamento administrado pela Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal.

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. A vocação do Museu Nacional da República (MuN), consolidada ao longo dos seus quase 17 anos de funcionamento, é a realização de exposições de referência no campo das artes plásticas e visuais. O acervo do MuN é formado atualmente por um número de 1.409 obras de arte produzidas no Brasil no século XX e de transição para a arte contemporânea e atual. Desse montante, 226 são vídeos e 264 são fotografias, mídias digitais que carecem de equipamentos específicos para serem apresentados ao público.

2.2. O Museu Nacional da República é um museu novo, com um acervo em construção e se percebe inserido nas reflexões mais atuais do campo da pesquisa em arte, da cultura visual e da museologia. A arte digital está presente no acervo do MuN de maneira expressiva e essas obras requerem alguns dispositivos específicos para a sua exibição.

2.3. Assim, devido a especificidade do acervo, justifica-se a compra dos equipamentos eletrônicos descritos para a exibição dessas obras, cumprindo a função social da coleção que aqui se forma.

2.4. As quantidades descritas justificam-se pelo projeto expográfico elaborado especificamente para a ocasião da exposição "Aos ventos que não de vir", de curadoria de Fernanda Lopes, a ser inaugurada ainda no ano de 2023, por ocasião do aniversário do Museu Nacional da República. A lista de obras e o projeto encontram-se anexos ao Termo de Referência (Documentos 117551401 e 117484905).

2.5. No que tange ao fortalecimento da função social do Museu Nacional da República, cumpre-se ressaltar que a Secretaria de Estado de Cultura e Economia do Distrito Federal - SECEC-DF tem atuado sob uma perspectiva de fortalecimento das políticas culturais e da gestão pública, com vistas à desburocratização, à publicização, à regulamentação, à internacionalização e à participação social cada vez mais dialógica. Com o objetivo de unificar a legislação esparsa e de construir políticas culturais sustentáveis, a médio e longo prazo e, amparadas, do ponto de vista legal, foi construído um processo de diálogo em diversas instâncias da sociedade e do governo, que culminou com a aprovação pela Câmara Legislativa do Distrito Federal e sanção governamental, da Lei Orgânica de Cultura – LOC. Em 7 de dezembro de 2017, foi instituída a Lei Complementar nº934 - Lei Orgânica da Cultura (LOC), cujo objetivo é o de regulamentar e de dispor sobre o Sistema de Arte e Cultura do Distrito Federal – SAC-DF.

2.6. A instituição do SAC-DF e a formalização do Plano de Cultura do Distrito Federal ratificaram a adesão ao Sistema Nacional de Cultura - SNC e ao Plano Nacional de Cultura - PNC, de que trata a Lei Federal nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010. É possível, porém, balizar a exposição do Museu Nacional da República pela mencionada LOC-DF, cujo Sistema de Arte e Cultura - SAC/DF prevê como princípios e objetivos:

art. 4º são objetivos do SAC-DF: (legislação correlata - portaria 21 de 23/01/2020) (legislação correlata - portaria 21 de 23/01/2020) (legislação correlata - portaria 21 de 23/01/2020) viii – promover, nacional e internacionalmente, a arte e a cultura do distrito federal por meio de ações de promoção, difusão e intercâmbio; (...) x – ampliar o acesso da população à fruição de bens e serviço culturais, efetivando direitos culturais, especialmente para a população em situação de vulnerabilidade social; (...) xi – promover a sensibilização para a arte e a cultura; (...) xiv – estimular a pesquisa, a sistematização de dados, a formulação de indicadores, a documentação e a difusão de informações culturais;

2.7. Dessa forma, a elaboração de exposições de acervo ratifica os princípios e objetivos da LO-/DF – SAC-DF ao promover e difundir seu acervo, suas exposições, suas curadorias e demais trabalhos realizados no âmbito do Museu Nacional da República, ao ampliar o acesso da população à arte e à cultura, promovendo sensibilização e sistematização dos dados obtidos por meio das mídias sociais para formulação de suas políticas específicas, voltadas ao campo da museologia e das artes visuais.

3. DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

3.1. Os materiais a serem adquiridos devem possuir as especificações mínimas e quantidades previstas detalhadas abaixo:

QUADRO RESUMO - EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS		
Item	Descritivo	Quantidade
1	FONE DE OUVIDO Sem fio bluetooth 5.0; wireless, Conexões P2, USB e cartão de memória; Bateria recarregável USB; istância de conexão de no mínimo 10 metros; Duração da bateria de no mínimo 12h; Acompanha cabo P2; Cor preta.	20 unidades
2	SMART TV Tela LED de 24 POLEGADAS – Tela LED HD 16:9; 220V; Resolução 1920x1080; Alto-falantes integrados; Wi-Fi; Bluetooth 5.0; Entradas HDMI, VGA, PC AUDIO, P2, USB e RCA.	5 unidades

4. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

4.1. A contratação obedecerá ao disposto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como demais normativos constantes neste instrumento.

5. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

5.1. O critério de julgamento será o de menor preço por item, em atenção ao Art. 33 da Lei nº 14.133/2021.

5.2. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às especificações e exigências contidas neste Termo de Referência, bem como aquelas que apresentarem preços excessivos ou manifestamente inexecutáveis, comparados aos preços de mercado, em consonância com o disposto no Art. 59, da Lei 14.133/2021.

5.3. A adjudicação por menor preço por item visa a assegurar que os materiais possam ser adquiridos por fornecedores diferentes, não comprometendo, assim, a aquisição de um em detrimento do outro.

5.4. A proposta comercial deverá ser entregue, devidamente assinada pelo representante legal da empresa, com o preço unitário, incluídas todas as despesas necessárias à entrega do objeto deste Termo de Referência, como também, todos os tributos, embalagens, encargos sociais, frete, seguro e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta licitação.

6. DA GARANTIA DO OBJETO

6.1. O material deverá dispor de garantia de no mínimo 6 (seis) meses para defeitos de fabricação e instalação - prevista na Lei ° 8.078/1990 - Código de Proteção e Defesa do Consumidor, a qual

se inicia a partir do recebimento definitivo, sendo que prevalecerá a garantia oferecida pelo fabricante, caso o prazo seja superior ao estabelecido pelo citado normativo.

6.2. Quando da entrega do material, a empresa deverá fornecer certificado de garantia, por meio de documentos próprios ou anotação impressa ou carimbada na respectiva Nota Fiscal.

6.3. No caso de substituição do material, o substituto terá o mesmo prazo de garantia originalmente dado.

6.4. Quando da entrega do material, a empresa deverá fornecer certificado de garantia, por meio de documentos próprios ou anotação impressa ou carimbada na respectiva Nota Fiscal.

6.5. Caso a Contratada não seja fabricante dos produtos, deverá garantir através de declaração do fabricante, assinada, que prestará a garantia pelo período e tipo estipulado neste instrumento, e indicar pelo menos uma assistência técnica autorizada no Distrito Federal.

7. DO PRAZO PARA ENTREGA E LOCAL

7.1. A entrega do material será efetuada logo após emissão da Nota de Empenho, com prazo de entrega não superior a **20 (vinte) dias corridos**.

7.2. O objeto deste Termo de Referência deverá ser entregue no Museu Nacional da República, no Setor Cultural Sul, Lote 02, CEP 70070-150, Brasília DF, em horário 09h às 18h, de segunda-feira a sexta-feira, para verificação pela Contratante da conformidade do material recebido com as especificidades descritas neste Termo de Referência..

8. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1. Com o objetivo de verificar sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência, o recebimento dos materiais será realizado:

8.1.1. **Provisoriamente**, no ato da entrega, mediante termo circunstanciado para efeito de posterior verificação da conformidade do bem com as especificações constantes neste documento.

8.1.2. **Definitivamente**, em até 72 horas, contados do recebimento provisório, item 9.1, mediante termo circunstanciado, após verificar que o material entregue possui todas as características consignadas, no que tange a quantidade solicitada e qualidade do bem especificada, conforme este Termo de Referência.

8.2. Os materiais deverão ser novos e em primeiro uso.

8.3. Caso após o recebimento provisório constatar-se que os materiais possuem vícios aparentes ou redibitórios ou estão em desacordo com as especificações ou a proposta, serão interrompidos os prazos de recebimento e suspenso o pagamento, até que seja sanado o problema.

8.4. Os materiais que forem entregues em desacordo com o especificado deverão ser substituídos pela contratada em até **10 (dez) dias corridos** e o seu descumprimento poderá acarretar sanções conforme previsto na legislação vigente.

8.5. A embalagem dos produtos deverá ser original do fabricante, atóxica, limpa e íntegra, ou seja, sem rasgos, sem amassados, sem trincas ou outras imperfeições.

8.6. Na rotulagem deverá constar o nome e composição do produto, lote, data de fabricação, nº do CNPJ, nome e endereço do fabricante/produtor, condições de armazenamento, peso e quantidade.

8.7. No que couber, os bens deverão possuir certificado junto ao INMETRO e estarem de acordo com a legislação e normas vigentes.

8.8. Se a Contratada deixar de entregar o objeto dentro do prazo estabelecido sem justificativa por escrito, aceita pela Administração sujeitar-se-á às penalidades impostas pela legislação vigente.

8.9. Em caso de prorrogação do prazo de entrega, este poderá ser feito uma única vez, por prazo não superior a **30 (trinta) dias corridos**. Deverá ser feito por escrito, justificadamente, antes de seu

vencimento, comprovando que não houve culpa do fornecedor no descumprimento do prazo contratual.

8.10. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do serviço e/ou bem, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou por este instrumento.

8.11. O recebimento do objeto está condicionado ao aceite pelo Executor do Contrato especialmente designado para representar a Contratante, conforme prevê a Lei nº 14.133/2021.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A Contratada responderá pelos danos causados por seus agentes.

9.2. A Contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

9.3. Garantir a boa qualidade do objeto fornecido à Administração, bem como efetuar a imediata substituição, às suas expensas, conforme prazo estipulado pela Administração, após comunicação, de qualquer bem entregue, que não esteja de acordo com as especificações ou em relação ao qual, posteriormente, não obstante os testes realizados, venha a se constatar qualquer adulteração ou vício.

9.4. Zelar e garantir a boa qualidade do objeto fornecido à Administração, em consonância com os parâmetros de qualidade fixados e exigidos pelas normas técnicas pertinentes, expedidas pelo poder Público.

9.5. Responsabilizar-se pelo pagamento de taxas, fretes, seguros, transporte, embalagens e demais encargos decorrentes do fornecimento do objeto deste instrumento.

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os Arts. 12,13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078, de 11 de novembro de 1990).

9.7. Responsabilizar-se civil e criminalmente, por todo e qualquer dano que cause à Contratante, a seu pedido ou de terceiros, por ação ou omissão, em decorrência da execução do objeto deste Termo de Referência, não cabendo a Contratante, em hipótese alguma, responsabilidade por danos diretos, indiretos ou lucros cessantes;

9.8. Responsabilizar-se inteiramente por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, tributários e sociais e de acidentes de trabalho e outros encargos que incidam ou venham a incidir sobre o objeto contratado.

9.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições da habilitação e qualificação exigida no ato convocatório.

9.10. Não alegar, em hipótese alguma, como justificativa ou defesa, desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento das cláusulas e condições do contrato e das especificações técnicas, bem como de tudo o que estiver contido nas normas, especificações e métodos da ABNT, e outras normas pertinentes ao objeto.

9.11. Manter atualizado junto à CONTRATANTE os seus dados cadastrais, como endereço, telefones e correio eletrônico (e-mail) dentre outras informações indispensáveis à comunicação entre a Contratada e esta Secretaria de Estado, de modo a viabilizar as convocações, intimações e notificações quando se fizerem necessárias. O descumprimento desta obrigação ficará caracterizado com a devolução de correspondências enviadas pelos correios ou com o não atendimento às ligações telefônicas, sendo assim configurado desídia e sujeito às penalidades legais.

9.12. Possuir em seu quadro de empregados, profissionais, necessários e suficientes para receber e solucionar as demandas da CONTRATANTE.

9.13. A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, no montante de até 25% (vinte e cinco por cento), do valor inicialmente contratado, do Art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

9.14. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

9.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos Arts. 103 e 124, da Lei nº 14.133/2021.

9.16. A Contratada fica obrigada a comprovar a implantação do Programa de Integridade, nos termos do Art. 5º, da Lei Distrital nº 6.112/2018, alterada pela Lei nº 6.308/2019.

9.17. Respeitar os termos estipulados no Decreto nº 38.365, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 143, de 27 de julho de 2017, que regulamenta a Lei nº 5.448/2015, o qual proíbe conteúdo discriminatório contra a mulher.

9.18. Apresentar GARANTIA LEGAL, conforme Código de Defesa do consumidor. O representante/fornecedor deverá informar na proposta o prazo de garantia do produto/material cotado contra defeitos de fabricação e performance durante o uso.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. O Distrito Federal responderá pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou de culpa.

10.2. Receber os bens, disponibilizando local, data e horário e atestar a Nota Fiscal/Fatura.

10.3. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o Termo de Referência e sua proposta.

10.4. Exercer o acompanhamento e a fiscalização na entrega e recebimento do objeto contratado, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10.5. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

10.6. Efetuar o pagamento devido pelo fornecimento dos serviços, no prazo estabelecido, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências previstas.

10.7. Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela Contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10.8. Permitir, dentro das normas internas, o acesso dos empregados da contratada às suas dependências, ao local de prestação dos serviços, desde que devidamente identificados e acompanhados por representante do Contratante.

10.9. Exercer a fiscalização dos serviços prestados;

10.10. A Contratante se reserva no direito de recusar o recebimento dos materiais que considere inadequados e/ou abaixo do padrão de qualidade exigido.

10.11. Exigir a implementação do Programa de Integridade das Empresas a serem contratadas pela Administração Pública do Distrito Federal, nos termos do Art. 15, da Lei nº 6.112/2018.

11. DO VALOR ESTIMADO

11.1. Trata-se de contratação de pequeno valor. O valor total estimado da presente aquisição, no entanto, será estabelecido após pesquisa de preços elaborada pela área competente.

12. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

12.1. Para fins de comprovação da capacidade técnica, a empresa deverá apresentar Atestado de Capacidade Técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando ter a empresa realizado ou estar realizando o objeto, compatível em características com o objeto deste Termo de Referência.

13. DO CONSÓRCIO E DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1. A participação de consórcios não será admitida, uma vez que o objeto a ser adquirido é amplamente comercializado por diversas empresas no mercado. Tal permissibilidade poderia causar dano à administração por frustrar o próprio caráter competitivo da disputa pelo menor preço.

13.2. Pelo mesmo fato não há motivos para se admitir a subcontratação, de forma a gerar outros instrumentos contratuais e conseqüentemente outras atribuições à administração pública. Deste modo, é vedada a subcontratação do objeto.

14. DA FORMALIZAÇÃO E VIGÊNCIA DO CONTRATO

14.1. O contrato será substituído pela Nota de Empenho.

15. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

15.1. A Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal deve acompanhar e fiscalizar a conformidade dos serviços executados, da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, por meio de representantes especialmente designados.

15.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o Art. 120 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

15.3. De acordo com a Lei Distrital nº 2.834 de 2001, que recepciona a Lei nº 9.784 de 1999 no âmbito do Distrito Federal, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação conforme artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999;

15.4. Não obstante, a Contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução de todo o objeto deste Termo de Referência, a Contratante reservar-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização no ato de entrega do objeto.

15.5. A verificação da compatibilidade do objeto recebido, com as devidas especificações e quantidades, deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

15.6. O executor do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução contratual, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou pendências observadas, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

16. DO PAGAMENTO

16.1. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de apresentação da nota fiscal, desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação de pagamento;

16.2. Decorridos 30 (trinta) dias sem o devido pagamento por parte da Administração, a parcela devida será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento de acordo com a variação pro rata tempore do IPCA, nos termos do art. 3º do Decreto do DF nº 37.121/2016.

17. DA SUSTENTABILIDADE

17.1. A contratada deverá declarar que atende aos requisitos de sustentabilidade previstos no Art. 2º, da Lei Distrital nº. 4.770/2012, em conformidade com o Decreto nº. 7.746/2012, que estabelece a implementação de critérios, práticas e ações de logística sustentável no âmbito da Administração Pública do Distrito Federal direta, autárquica e fundacional e das empresas estatais dependentes, devendo ser observados os requisitos ambientais com menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

18. DA LICITAÇÃO EXCLUSIVA

18.1. Em observância aos Arts. 25, da Lei Distrital nº 4.611/2011 e 7º, do Decreto Distrital nº 35.592/2014, a presente licitação deverá ser destinada à participação exclusiva das entidades preferenciais.

19. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. A disciplina das infrações e sanções administrativas aplicáveis no curso da licitação e da execução é aquela prevista na legislação vigente.

20. EQUIPE DE ELABORAÇÃO DO DOCUMENTO

Elaborado por:

Sara Seilert

Diretora

Museu Nacional da República



Documento assinado eletronicamente por **SARA SEILERT - Matr.0240598-9, Diretor(a) do Museu da República**, em 13/07/2023, às 15:27, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=117483911 código CRC= **7AAEA24E**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor Cultural Sul, Lote 2 - Edifício da Biblioteca Nacional - Bairro Asa Sul - CEP 70070-150 - DF